

ID: 8A8EB36CE2974

PREFEITURA DE
OEIRAS
Mais trabalho, novas conquistas

OEIRAS (PI), 25 de novembro de 2022.

PROCEDIMENTO DE DISPENSA Nº 046/2022

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ENGENHARIA NA EXTENSÃO DE REDE EM MÉDIA TENSÃO E SE AÉREA DE 45KVA 380/220V, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA, SERVIÇOS PÚBLICOS E DESENVOLVIMENTO URBANO DE OEIRAS-PI.

ASSUNTO: Ratificação e celebração de contrato.

Com fulcro no Art. 75, I, e com as demais disposições da Lei 14.133/21 c/c Decreto Federal nº 10.922/21 e no Parecer da Assessoria Jurídica deste Município, Ratifico a orientação técnica da Comissão Permanente de Licitações e determino a contratação da **ENGIPEC – ENGENHARIA E CONSTRUÇÃO LTDA**, CNPJ: 03.194.654/0001-91, para prestação dos serviços citados. O valor global de **R\$ 57.843,29 (Cinquenta e sete mil, oitocentos e quarenta e três reais e vinte e nove centavos)**, conforme proposta comercial que faz parte deste processo.

Publique-se.

José Raimundo de Sá Lopes
Prefeito Municipal

Praça das Vitória's, 37 – Centro – CEP: 64.500-000 – Fone: (89) 3462-2842

CNPJ Nº 06.553.937/0001-70

ID: C64CA541BBC14

PREFEITURA DE
OEIRAS
Mais trabalho, novas conquistas**EXTRATO DE CONTRATO**

CONTRATO ADMINISTRATIVO: Nº 0104/2022

MODALIDADE: DISPENSA Nº 046/2022

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ENGENHARIA NA EXTENSÃO DE REDE EM MÉDIA TENSÃO E SE AÉREA DE 45KVA 380/220V, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA, SERVIÇOS PÚBLICOS E DESENVOLVIMENTO URBANO DE OEIRAS-PI.

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE OEIRAS-PI

CONTRATADO: ENGIPEC – ENGENHARIA E CONSTRUÇÃO LTDA

CNPJ: 03.194.654/0001-91

ENDEREÇO: Rua Andre Holanda, Nº 194, Centro, Oeiras-PI, CEP: 64.500-000.

VALOR GLOBAL: R\$ 57.843,29 (Cinquenta e sete mil, oitocentos e quarenta e três reais e vinte e nove centavos).

FONTE DE RECURSOS: Orçamento Geral do Município de Oeiras-PI/Receitas próprias.

FUNDAMENTAÇÃO: Inciso I, Art. 75 e com as demais disposições da Lei 14.133/21 e DECRETO Nº 10.922, DE 30 DE DEZEMBRO DE 2021.

DATA DA ASSINATURA DO CONTRATO: 25 de novembro de 2022.

OEIRAS(PI), 25 de novembro de 2022.

José Raimundo de Sá Lopes
Prefeito Municipal

Praça das Vitória's, 37 – Centro – CEP: 64.500-000 – Fone: (89) 3462-2842

CNPJ Nº 06.553.937/0001-70

ID: 3BFADF573ED04

PREFEITURA DE
OEIRAS
Mais trabalho, novas conquistas**DECRETO Nº 083, DE 07 DE DEZEMBRO DE 2022.**

DISPÕE SOBRE A APROVAÇÃO E RENOVAÇÃO DO REGIMENTO INTERNO DO CONSELHO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE DE OEIRAS-PI – CONDEMA, E DÁ OUTRA PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE OEIRAS- PI, Estado do Piauí, no uso de suas atribuições que lhes são conferidas pela Constituição Federal, Constituição Estadual e Lei Orgânica do Município e em conformidade com a Lei Municipal nº 1.692/2009

DECRETA:

Art. 1º Fica aprovado o Regimento Interno do Conselho Municipal de Meio Ambiente, Anexo Único a este Ato, com que este Decreto se publica.

Art. 2º - Este decreto revoga o DECRETO nº 033, de 29 de Abril de 2021.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se, registre-se e cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Oeiras-PI, 07 de Dezembro de 2022.

JOSE RAIMUNDO DE SÁ LOPES
Prefeito Municipal

Praça das Vitória's, 37 – Centro – CEP: 64.500-000 – Fone: (89) 3462-2842
CNPJ Nº 06.553.937/0001-70

Página 1

PREFEITURA DE
OEIRAS
Mais trabalho, novas conquistas**REGIMENTO INTERNO DO CONSELHO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE- CONDEMA****CAPÍTULO I****DA NATUREZA**

ART.1º. O Conselho Municipal do Meio Ambiente – CONDEMA, órgão colegiado consultivo de assessoramento ao poder Executivo Municipal e deliberativo no âmbito de sua competência, tem como objetivos básicos as análises, aprovações, implantações, e acompanhamento de projetos de significativo impacto ambiental local, visando a preservação e conservação do patrimônio histórico, cultural e ambiental do Município de Oeiras-PI.

Parágrafo Único. O CONSELHO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE – CONDEMA terá sua composição paritária constituída por órgãos governamentais federais, estaduais e municipais; e não- governamentais, representando os diversos segmentos da sociedade.

Capítulo II**Da finalidade**

Art.2º. Avaliação da Política Municipal Ambiental e cumprimento dos princípios constitucionais da participação, publicidade e cooperação na gestão do meio ambiente, em conformidade com os órgãos que compõem o Sistema Nacional do Meio Ambiente (SISNAMA), bem como seus respectivos regulamentos; competindo-lhe:

I – Assessorar, estudar e propor as instâncias da Administração Pública Municipal diretrizes de políticas governamentais para o meio ambiente e recursos ambientais;

II – Deliberar sobre os padrões compatíveis com o meio ambiente ecologicamente equilibrado e essencial a sadia qualidade de vida;

III – Garantir dispositivos de informação (audiências públicas) a comunidade sobre as políticas, diretrizes, normas e regulamentos ambientais;

IV – Propor ao poder executivo e/ou ao legislativo, projetos de lei, decretos e regulamentação referente à proteção e conservação ambiental do Município;

V – Manter intercâmbio, apreciar, apresentar sugestões e proceder, quando julgar necessário, a realização de estudos sobre alternativas e possíveis consequências ambientais associadas a projetos públicos e/ou privados, requisitando aos órgãos do SISNAMA competentes, bem como a entidades privadas, as informações indispensáveis à apreciação dos Estudos prévios de Impacto (EPIA) e seus respectivos Relatórios de Impactos Ambientais (RIMA), no caso de obras ou atividades com efetiva ou significativa degradação ambiental local, emitindo parecer

Praça das Vitória's, 37 – Centro – CEP: 64.500-000 – Fone: (89) 3462-2842
CNPJ Nº 06.553.937/0001-70

Oeiras Piauí

(Continua na página seguinte)



que servirá de subsídio ao órgão competente; em especial nas áreas consideradas patrimônio histórico, cultural e ambiental local;

VI – Fiscalizar os Licenciamentos de atividades locais efetivas ou potencialmente poluidoras, a ser concedidos pela União, pelos Estados, e/ou Município, visando o controle e a manutenção da qualidade do meio ambiente, com vistas ao uso racional dos recursos naturais;

VII – Sugerir aos órgãos competentes, através da Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Recursos Hídricos, a concessão de incentivos e benefícios fiscais e financeiros, visando à melhoria da qualidade ambiental, e a perda ou suspensão de participação em linhas de financiamentos oficiais de créditos;

VIII – Exigir dos órgãos competentes o poder de polícia relacionado com a política municipal do meio ambiente;

IX – Definir parâmetros e dar pareceres sobre manutenção a projetos de jardinagem e arborização das vias e logradouros públicos;

X – Sugerir prioridade para atendimento de projetos a serem executados pelo Executivo Municipal, em conformidade com a legislação em vigor, bem como exercer a fiscalização, o controle e o fomento a proteção dos recursos ambientais;

XI – Promover a integração na gestão dos recursos hídricos com a gestão ambiental, articular a viabilidade técnica, econômica e financeira de programas e projetos de investimentos e apoiar a integração entre as políticas públicas e setoriais, visando o desenvolvimento sustentável das bacias hidrográficas existentes no município;

XII – Promover a articulação e a integração entre o Sistema Nacional do Meio Ambiente (SISNAMA), O Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos e de iniciativas nacionais e regionais, promovendo a participação de todas as instituições e segmentos da comunidade para propor políticas públicas ambientais de estudos, monitoramento, planos, programas e projetos as diretrizes e metas estabelecidas para a Unidade de Conservação e a proteção dos recursos ambientais;

XIII – Agregar e decidir a respeito das infrações ambientais, em segunda instância administrativa, os recursos interpostos em razão de aplicação de penalidades baseadas em legislação ambiental municipal;

XIV – Encaminhar aos órgãos competentes (Polícia Ambiental/Procon/Defesa do Consumidor/Ministério Público Estadual e Federal) as denúncias de danos ao patrimônio histórico, cultural e ambiental de que tomar conhecimento;

XV – Incentivar o uso de mecanismos de desenvolvimento limpos (MDLs) no âmbito dos municípios;

XVI – Incentivar a estrutura e o fortalecimento institucional do Comitê de Bacias Hidrográficas do rio Canindé;

Praça das Vitória, 37 – Centro – CEP: 64.500-000 – Fone: (09) 3462-2842
 CNPJ Nº 06.553.937/0001-70
 Oeiras/Piauí



XVII – Avaliar regularmente a implementação e a execução da política e normas ambientais do município, estabelecendo sistemas de indicadores;

XVIII – Estabelecer sistema de divulgação de seus trabalhos;

XIX – Promover a integração dos órgãos colegiados de meio ambiente;

XX – Elaborar, aprovar e acompanhar a implementação da Agenda Municipal de Meio Ambiente, sob a forma de recomendação;

XI – Acompanhar a implementação das Agendas nacional e Estadual do Meio ambiente, e a ser proposta aos órgãos e as entidades do SISNAMA;

XXII – Deliberar sobre os casos omissos, elaborar e alterar o seu regimento interno, submetendo-o à deliberação do CONDEMA e a aprovação do Prefeito Municipal;

XXIII – A Agenda Municipal de Meio Ambiente deve recomendar os temas, programas e projetos considerados prioritários para melhoria da qualidade ambiental e o desenvolvimento sustentável do município, indicando os objetivos a serem alcançados em período de dois anos.

CAPÍTULO III

DA COMPOSIÇÃO E DA ORGANIZAÇÃO

Art. 3º. O CONSELHO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE – CONDEMA – será integrado por representantes, nos termos estabelecidos no §3º, art. 5º da Lei Municipal nº 1.692/2009:

I – Governamentais:

- Três representantes do Poder Executivo Municipal, indicados pelo Prefeito, sendo um responsável pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Recursos Hídricos – SEMAM;
- Dois representantes do Poder Legislativo

II – Não-Governamentais:

- Dois representantes do setor produtivo
- Um representante de ONG's
- Um representante da Associação Comercial e Industrial/CDL
- Um representante dos Sindicatos dos Trabalhadores Rurais

§1º. No caso de substituição de algum representante, a(s) entidade(s) representante(s) deve(m) encaminhar nova indicação.

§2º. O não comparecimento de um conselheiro a três reuniões consecutivas ou cinco alternadas, durante doze meses, implica na sua exclusão do CONDEMA.

Praça das Vitória, 37 – Centro – CEP: 64.500-000 – Fone: (09) 3462-2842
 CNPJ Nº 06.553.937/0001-70
 Oeiras/Piauí



Seção II Da organização

Art. 4º. A estrutura organizacional do Conselho Municipal do Meio Ambiente é composta de:

- Plenário;
- Presidência;
- Vice-Presidência;
- Secretaria Executiva; e
- Câmaras Técnicas

Subseção I Do Plenário

Art. 5º. As decisões do conselho serão tomadas por maioria simples, cabendo ao Presidente, além do voto comum, o de qualidade.

Art. 6º. Os assuntos a serem submetidos a apreciação do plenário poderão ser apresentados por qualquer conselheiro e constituir-se-ão de:

I – Proposta de Resolução: quando se tratar de deliberação vinculada a competência legal do CONDEMA;

II – Proposta de Análise e Parecer Consultivo sobre matérias ambientais submetidas a sua apreciação, bem como Projetos de Lei ou de atos administrativos;

III – Proposta de análise e Parecer Consultivo sobre matérias ambientais submetidas a sua apreciação, bem como projetos de Lei ou de atos administrativos.

§1º Proposta de resolução, de Moção, de Análise e Parecer Consultivo serão encaminhadas a Secretaria Executiva, devendo ser ouvidas previamente as Câmaras Técnicas, as Comissões e/ou grupos de Estudos competentes, que terão o prazo de 30 (trinta) dias para se manifestar sobre o assunto, após então, a secretaria executiva informará aos conselheiros e proporá a presidência sua inclusão na pauta de reunião ordinária, conforme a ordem cronológica de apresentação.

§2º As Resoluções, Moções, Análises e Pareceres Consultivos serão datados e numerados em ordem distintas, cabendo a Secretaria Executiva corrigi-las, ordená-las e indexá-las.

Art. 7º. As resoluções aprovadas pelo plenário serão referendadas pela Presidência no prazo máximo de trinta dias e publicadas no diário oficial do Município.

Parágrafo Único. A Presidência poderá adiar, em caráter excepcional, a publicação de qualquer assunto aprovado, desde que constatados equívocos de natureza técnica ou jurídica, ou impropriedades em sua redação, devendo o assunto

Praça das Vitória, 37 – Centro – CEP: 64.500-000 – Fone: (09) 3462-2842
 CNPJ Nº 06.553.937/0001-70
 Oeiras/Piauí



der obrigatoriamente incluindo em reunião subsequente, acompanhado de propostas de emendas devidamente justificadas.

Art. 8º. Ao Plenário compete:

I – discutir e deliberar sobre assuntos relacionados com a competência do conselho;

II – julgar e decidir sobre assuntos encaminhados a sua apreciação; e

III – julgar os recursos interpostos decorrentes das infrações ambientais municipais;

Subseção II Da Presidência

Art. 9º. A Presidência do Conselho Municipal de Meio Ambiente será exercida pelo Secretário de Meio Ambiente e Recursos Hídricos do Município.

Parágrafo Único. Na ausência do Presidente, a Coordenação dos trabalhos ficará a cargo do Vice-Presidente, e no impedimento deste, pelo representante da secretaria executiva.

Art. 10º. São atributos do Presidente:

I – convocar e presidir reuniões ordinárias e extraordinárias do conselho;

II – aprovar a pauta das reuniões;

III – submeter ao Plenário os expedientes oriundos da Secretaria Executiva;

IV – requisitar serviços especiais dos membros do conselho e delegar competência;

V – expedir pedidos e informações e consultas a autoridades estaduais, federais e municipais, de governos estrangeiros e da sociedade civil;

VI – assinar as Resoluções, Moções, Análises e pareceres consultivos aprovados pelo Conselho;

VII – representar o conselho ou delegar a sua representação;

VIII – autorizar a execução de atividades fora da sede do conselho;

IX – constituir e extinguir, ouvidos os demais membros do conselho, Câmaras técnicas, comissões e/ou Grupos de Estudos;

X – assinar as atas dos assuntos tratados nas reuniões do Plenário;

XII – tomar decisões, de caráter urgente, *ad referendum* do Conselho;

Praça das Vitória, 37 – Centro – CEP: 64.500-000 – Fone: (09) 3462-2842
 CNPJ Nº 06.553.937/0001-70
 Oeiras/Piauí



(Continua na página seguinte)



XII – dispor sobre funcionamento da Secretaria Executiva; e

XIII – resolver casos não previstos nesse Regimento.

Subseção III Da Vice-presidência

Art.11º. A Vice-presidência do conselho Municipal do Meio Ambiente será mediante votação conforme decisão do Plenário.

Art.12º. São Atribuições do Vice-Presidente:

- I – substituir o presidente nas suas faltas ou impedimentos;
- II – supervisionar os trabalhos da secretaria executiva, e
- III – exercer outros encargos que forem atribuídos pela Presidência do Conselho.

Subseção IV Da Secretaria Executiva

Art.13º. A secretaria Executiva será dirigida por um (a) Secretário (a) Executivo (a), conselheiro (a) ou não, designado pelo Secretário Municipal de Meio Ambiente e Recursos Hídricos e/ou Mediante votação do plenário.

Art.14º. Os serviços administrativos da secretaria executiva serão desenvolvidos com o apoio técnico e operacional de servidores requisitados de órgãos e entidades da Administração Municipal.

Art.15º. Os documentos enviados ao conselho, bem como os recursos administrativos, serão recebidos, registrados e autuados pela Secretaria Executiva.

Art.16º. O (A) Secretário (a) do Conselho deverá comparecer a todas as reuniões do Plenário, incumbindo-lhe secretariar os trabalhos das reuniões.

Parágrafo Único. Se o (a) Secretário (a) executivo (a) for membro do conselho, participará das reuniões com voto direto a voto.

Art.17º. Os documentos de que trata o artigo 15 serão completados com informações referentes ao assunto neles abordados e encaminhados a Presidência do conselho para exames, se for o caso, pelas Câmaras Técnicas, Comissões e/ou Grupos de Estudos.

Praça das Vitória, 37 – Centro – CEP: 64.500-000 – Fone: (89) 3462-2842
CNPJ Nº 06.553.937/0001-70
Oeiras Piauí



§1º. A Presidência poderá mandar devolver ao interessado documentos recebidos que tratam que possam ser solucionados por outro órgão ou entidade da Administração Municipal.

§2º. O prazo para apresentação dos relatórios das câmaras técnicas, das comissões e dos grupos de estudos será fixado pela Presidência do Conselho.

§3º. Os recursos administrativos recebidos e autuados pela secretaria executiva serão distribuídos em plenário pelo Presidente.

Art.18º. São atribuições da Secretaria executiva:

- I – Planejar, organizar, dirigir coordenar e controlar as atividades da secretaria executiva;
- II – Assessorar técnica e administrativa a Presidência do conselho;
- III – Executar os trabalhos que lhe forem atribuídos pela Presidência do Conselho;
- IV – Organizar e manter arquivada toda a documentação relativa às atividades do Conselho;
- V – Coletar dados e informações dos setores da Administração Direta e indireta, necessários à complementação das atividades do Conselho;
- VI – Propor a pauta das reuniões para aprovação da presidência do conselho;
- VII – Convocar as reuniões do conselho, por determinação da presidência, e secretariar seus trabalhos;
- VIII – Elaborar as atas e os sumários dos assuntos das reuniões e a redação final de todos os documentos que forem expedidos pelo conselho;
- IX – Assinar todos os documentos oriundos da Presidência do Conselho, por delegação do Presidente;
- X – Manter controle atualizado sobre os recursos administrativos, sua autuação, nome das partes, distribuição, nome do relator e cumprimento do prazo de julgamento;
- XI – Certificar nos autos dos recursos administrativos a condição de ser ou não o recorrente reincidente na prática de informações, via rede informatizada;
- XII – Manter em dia o sistema de informação via rede informatizada.

§1º. Os recursos serão distribuídos ao relator pela Secretaria executiva mediante sorteio, de forma igualitária, tendo por base a relação dos membros do CONDEMA, abrindo-se prazo de 30 dias para a devolução do processo com o respectivo parecer.

§2º. No caso de impedimento devidamente justificado pelo Relator no respectivo processo, será este devolvido a Secretaria Executiva em cinco dias, sendo

Praça das Vitória, 37 – Centro – CEP: 64.500-000 – Fone: (89) 3462-2842
CNPJ Nº 06.553.937/0001-70
Oeiras Piauí



imediatamente a redistribuição, abrindo-se novo prazo de 30 dias para que o novo Relator ofereça seu parecer.

§3º. Mediante solicitação e justificativa escrita dirigida a Presidência, poderá ser concedida prazo maior, não superior a 60 dias, para o Relator designado apresentar seu parecer, quando o recurso abranger questões de maior complexidade.

CAPÍTULO IV DAS REUNIÕES

Art.19º. O Plenário realizará reuniões ordinárias com periodicidade quadrimestral, tendo cronograma previamente estabelecido, e reuniões extraordinárias, a qualquer momento, por convocação da direção do Conselho.

Art.20º. As reuniões do Plenário obedecerão a seguinte ordem:

- I – Instalação dos trabalhos pela Presidência do conselho;
- II – Discussão e aprovação da ata;
- III – Discussão de matérias de interesse ambiental;
- IV – Julgamento de recursos administrativos;
- V – Constituição de Câmaras Técnicas, Comissões e/ou Grupos de Estudos;
- VI – Agenda livre para, a critério da Presidência do Conselho, ser discutida ou levada ao conhecimento do plenário assunto de interesse geral;
- VII – Encerramento da reunião pela Presidência do Conselho.

Art. 21º. A presença mínima de metade mais um dos conselheiros formalizará a maioria simples, que estabeleça quórum para a realização das reuniões e deliberação.

Art. 22º. As pautas das reuniões serão estabelecidas pela Presidência do Conselho, sendo propostas, anteriormente, pela Secretaria Executiva.

Art. 23º. A Secretaria Executiva distribuirá, com antecedência, a agenda e os documentos referentes aos assuntos a serem tratados nas reuniões para todos os Conselheiros.

Art. 24º. Os pareceres Consecutivos das Câmaras Técnicas, das Comissões e/ou Grupos de Estudos, a serem apresentados durante as reuniões, deverão ser elaborados por escrito e entregues à Secretaria Executiva, com seis dias de antecedência à data da realização da reunião, para fins de procedimento e inclusão na pauta, salvo em casos devidamente justificados, admitidos pela Presidência.

Praça das Vitória, 37 – Centro – CEP: 64.500-000 – Fone: (89) 3462-2842
CNPJ Nº 06.553.937/0001-70
Oeiras Piauí



Art. 25º. Durante a exposição dos assuntos contidos nos pareceres consultivos, não serão permitidos apartes, com execução aos da presidência do conselho.

Parágrafo Único. Nas discussões sobre o teor dos pareceres consultivos, os membros do conselho, farão uso da palavra, que será concedida pela Presidência, na ordem em que for solicitada.

Art. 26º. Terminada a exposição do parecer consultivo, será o assunto posto em discussão, sendo assegurado o tempo máximo de dez minutos para cada membro do plenário, podendo ser prorrogado este prazo, a critério da Presidência.

Art.27º. Após as discussões, o assunto será votado pelo plenário.

Parágrafo Único. Somente terão direitos a voto os membros previstos no artigo 3º desse regimento, ou seus respectivos suplentes.

Art. 28º. Das reuniões do Plenário serão lavradas atas, que serão previamente enviadas aos membros do conselho e Submetidas à aprovação na reunião subsequente.

CAPÍTULO V DOS RECURSOS

Art.29º. Autuado o processo de recurso que será distribuído pela Secretaria Executiva nos termos de artigo 18,§1º, deste regimento, salvo motivo de força, maior apresentado pelo órgão municipal (secretaria e/ou Fundação ambiental), caso em que o presidente do Conselho poderá prorrogá-lo.

Art.30º. Os processos de recursos que versem matéria idêntica e interposta pelo mesmo interessado serão distribuídas, por conexão ao mesmo Relator.

Parágrafo Único. Distribuído o processo de recurso, a entidade representada ficará responsável pelo mesmo, sendo Relator o Conselheiro titular ou suplente que o recebeu.

Art.31º. O relatório elaborado será assinado pelo Conselheiro Relator e sua apresentação será por ele efetuada, ou, quando não for possível, por um dos representantes de unidade responsável pelo processo de recurso, ou ainda, na ausência destes pela Secretaria Executiva.

Art.32º. O Conselheiro titular ou suplente representante do órgão municipal (secretaria e/ou Fundação ambiental) poderá ser relator ou votar em processo de recursos interpostos de decisão daquela Fundação.

Praça das Vitória, 37 – Centro – CEP: 64.500-000 – Fone: (89) 3462-2842
CNPJ Nº 06.553.937/0001-70
Oeiras Piauí



(Continua na página seguinte)



Parágrafo Único. O mesmo critério se aplica a entidades a quem forem delegadas competências de fiscalização e atuação, nos processos e atos concernentes.

Art.33º. Os Membros do conselho poderão pedir vistas do recurso administrativo, isolado a ou concomitantemente se discordarem do parecer do relator, quando do julgamento deste em plenário, cabendo-lhes elaborar novo parecer no prazo de 72 hrs (setenta e duas) horas, sendo os pareceres reapreciados e votados na reunião seguinte, prevalecendo aquele com o maior número de votos.

§1º. Somente um pedido de vistas poderá ser concedido a cada membro para cada recurso administrativo.

§2º. O recorrente poderá requerer à Presidência do Conselho, por escrito e até 72 hs (setenta e duas) horas antes do julgamento de seu recurso, a oportunidade de efetuar sustentação oral em plenário, que não poderá ultrapassar a 10 (dez) minutos e deverá ocorrer após a leitura do voto do Relator e antes do julgamento pelo plenário.

§3º. O relatório elaborado será assinado pelo conselheiro relator e sua apresentação em plenário será efetuada por um dos representantes da entidade membro responsável pelo julgamento do recurso. Na ausência destes, será lido pelo Secretário Executivo, em seguida, votado.

§4º. Os pareceres dos relatórios, exarados nos recursos, serão feitos por escrito e de maneira padronizada quanto ao seu aspecto formal e terão a sua emenda publicada no Diário Oficial dos Municípios, constituindo coisa julgada administrativa e incoercível.

Art. 34º. A intimação da decisão do conselho ao recorrente, após a publicação do acórdão no Diário Oficial do Município, será efetuada pela Secretaria Executiva.

Art. 35º. Transitado em julgado a decisão, será o processo arquivado a órgão municipal (secretaria e/ou fundação ambiental) pela Secretaria Executiva para dar cumprimento a decisão do conselho.

Art. 36º. O Presidente decidirá sobre o encaminhamento, em diligência dos processos de recurso aos órgãos e entidades, a pedido do conselheiro relator.

Parágrafo Único. A diligência interrompe o prazo fixado para a apresentação do relatório pelo tempo que transcorrer.

CAPÍTULO VI

DAS CÂMARAS TÉCNICAS, COMISSÕES E/OU GRUPOS DE ESTUDOS

Art.37º. Poderá a presidência do Conselho do Meio Ambiente, ouvidos os demais membros, constituir Câmaras Técnicas, Comissões e/ou Grupos de Estudos.

Praça das Vitória, 37 - Centro - CEP: 64.500-000 - Fone: (89) 3462-2842
 CNPJ Nº 06.553.937/0001-70
 Oeiras Piauí



§1º. O Conselho poderá constituir tantas Câmaras Técnicas, Comissões e/ou Grupos de Estudos, quantos forem necessários, compostas integralmente ou não, por Conselheiros especialistas e de reconhecimento competência.

§2º. As Câmaras Técnicas, comissões e/ou grupos de estudos tem por finalidades estudar, analisar e propor soluções através de pareceres consultivos concernentes aos assuntos que forem discutidos em reunião do conselho, encaminhando-os previamente a Secretaria Executiva.

§3º. As Câmaras Técnicas serão formadas respeitando-se o limite máximo de 6 (seis) integrantes, sendo 2 (dois) membros do Conselho, titulares ou suplentes, e mais 4 (quatro) representantes das instituições participantes do Conselho, sugeridos pela Presidência ou pelos Conselheiros e aprovados pelo Plenário, onde o presidente e o Relator serão eleitos pelos membros da Câmara.

§4º. Os membros indicados em sessão plenária, para participarem das Câmaras Técnicas, não poderão ser substituídos posteriormente, a não ser por nova deliberação do Plenário.

§5º. Na composição das câmaras técnicas deverá ser considerada a competência e afinidade das instituições representadas com o assunto a ser discutido.

§6º. Cada instituição representada somente poderá participar simultaneamente de até 3(três) Câmaras Técnicas.

Art.38º. As Câmaras Técnicas terão responsabilidade de examinar e relatar ao Plenário assunto de sua competência.

Art.39º. As decisões das Câmaras Técnicas serão tomadas por votação da maioria simples de seus membros, cabendo ao seu Presidente, além do voto comum, o de qualidade.

§1º. A Presidência da Câmara Técnica poderá relatar assuntos ou designar um Relator a cada reunião.

§2º. A ausência não justificada de membros da Câmara Técnica por três reuniões consecutivas ou por cinco alternadas, no decorrer do biênio, implicará na sua exclusão do mesmo.

§3º. A substituição de membros excluídos, na hipótese prevista no parágrafo anterior, será proposta pelos demais membros da Câmara Técnica e encaminhada por seu Presidente ao Plenário do Conselho.

Art.40º. As reuniões das Câmaras Técnicas serão públicas e terão seus assuntos apresentados pelo Relator com o respectivo Parecer, devendo ser convocadas por suas respectivas Presidências com antecedência mínima de 10(diez) dias.

Praça das Vitória, 37 - Centro - CEP: 64.500-000 - Fone: (89) 3462-2842
 CNPJ Nº 06.553.937/0001-70
 Oeiras Piauí



Art.41º. As Câmaras Técnicas poderão estabelecer regras específicas para seu funcionamento, desde que aprovadas pela maioria de seus membros, obedecendo ao disposto neste Regimento.

Art.42º. Das reuniões das Câmaras Técnicas serão lavradas atas em livro próprio, aprovadas pelos seus membros e assinadas pela presidência.

CAPÍTULO VI

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E FINAIS

Art.43º. Os membros do Conselho previstos no artigo 3º poderão apresentar propostas de alteração deste Regimento, sempre que houver necessidade de atualização, encaminhando-as a Secretaria Executiva para exame e Parecer.

§2º. De posse do parecer da Secretaria Executiva, a presidência o submeterá a votação do Conselho, em Plenário.

§3º. A alteração proposta será aprovada se obtiver o voto favorável de 2/3 dos membros do Conselho e submetido a aprovação do Prefeito municipal, nos termos da legislação específica.

Art.44º. A participação dos membros no Conselho é considerada serviço de natureza relevante e não será remunerado.

Art.45º. Fica estabelecido como endereço oficial do CONDEMA, a sede da Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Recursos Hídricos do Município de Oeiras-PI.

Art.46º. Os casos omissos e as dúvidas surgidas na aplicação do presente Regimento serão solucionados pela Presidência do Conselho, ouvido o Plenário.

Registrado e aprovado pelo Conselho Municipal de Meio Ambiente,

Oeiras, 06 de dezembro de 2022


 Adriano Ferreira Costa dos Santos
 Secretário Municipal de Meio Ambiente e Recursos Hídricos
 Prefeitura Municipal de Oeiras - PI

Praça das Vitória, 37 - Centro - CEP: 64.500-000 - Fone: (89) 3462-2842
 CNPJ Nº 06.553.937/0001-70
 Oeiras Piauí

ID: 5C3D3EF8CD894



ESTADO DO PIAUÍ
MUNICÍPIO DE SEBASTIÃO BARROS
 CNPJ 01.612.805/0001-59
 Avenida 1º de Janeiro, S/Nº, Centro, CEP 64.965-000,
 Sebastião Barros - PI

LEI Nº 46 DE 01 DE DEZEMBRO DE 2022.

Autorizo o Poder Executivo Municipal a abrir Crédito Adicional Suplementar em mais 30,00% (Trinta por cento) do Orçamento-Programa vigente, para o fim a que se destina.

O Prefeito Municipal de Sebastião Barros - PI, Pablo Custódio Mendes de Carvalho, usando de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Constituição Federal e pela Lei Orgânica deste Município, encaminha o Projeto de Lei que autorizo o Poder Executivo Municipal a abrir Crédito Adicional Suplementar em mais 30,00% (Trinta por cento) do Orçamento-Programa vigente, para a devida apreciação desta Casa Legislativa.

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a proceder à Abertura de Crédito Adicional Suplementar a Lei do Orçamento-Programa nº. 032 de 19 de novembro de 2021, acrescido em mais 30,00% (Trinta por cento), sobre o total do orçamento aprovado para este exercício.

Art. 2º - O valor de que trata a Presente Lei se destina ao reforço de dotação de créditos orçamentários que irão tornar-se insuficientes.

Art. 3º - Os recursos financeiros, para cobertura das dotações mencionadas no item anterior, serão oriundos de anulação parcial ou total de dotações já existentes e do excesso de arrecadação, uma vez que já passaram por uma revisão do planejamento em que foi constatada sua necessidade para execução Orçamentária.

Art. 4º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

Sancionada, numerada, registrada e publicada a presente lei no Gabinete do Prefeito Municipal de Sebastião Barros, Estado do Piauí, ao primeiro dia do mês de dezembro de dois mil e vinte e dois, encaminhada à imprensa para publicação oficial.

Pablo Custódio Mendes de Carvalho
 Prefeito Municipal